



Prefeitura Municipal de Itabaiana Fundo Municipal de Assistência Social TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Aquisição e fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para composição de cesta básica, que deverá atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social.

2. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÃO

Item	Especificação	Und.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor entre lances
1.	Açúcar Cristal - 02 kg (dois quilos) Arroz - tipo 01 parboilizado - 02 kg (dois quilos) Biscoito Com Sal - 400g tipo Cream Craker. 01(Um)Pacote Biscoito Doce Sem Recheio - tipo Maria ou Maizena 01 (Um) Pacote Café Em Pó - (emb. c/250 g). 02 (dois) pacotes Calorífico Em Pó - 100g - 01 (Um) Pacote Farinha De Mandioca - (emb. 1 kg) com respectiva informação nutricional. 01 (um) kg Farinha De Milho Flocada - 500g 04 (quatro) pacotes Feijão - tipo I Polido (emb. c/1000g). 02 (dois) kg Goiabada - 600g - 01 (Uma) Unidade Leite Em Pó - tipo integral instantâneo, com peso líquido de 200g com respectival informação nutricional, data de fabricação/validade/ lote e emb. secundária caixa de papel resistente. 04 (quatro) unidades.	Kit	7.500	R\$ 160,73	R\$ 1.205.475,00	3,21





	Fulluc	Municip	al de Assistêr	icia Social		
	Massa Alimentícia - tipo	•				· -
	seca para macarronada, formato					
	espaguete nº 8, com fio fino e					
	longo comprimento entre 25 e 30					
]	cm. 01(um) pacote					
	• Margarina Vegetal					
	Com Sal – 250g - 01 (Uma)					
	Unidade			/		
	• Óleo Vegetal					
	Comestível - composição óleo	-				
	de soja embalagem primária pet					
	(900ml). 01(uma) unidade.					
	I					
	• Sal Moido, 01 (Um) Kg					
!	• Sardinha - 125g - 02					
	(Duas) Latas					
	• Vinagre – 750 Ml - 01				`	
	(Uma) Unidade					
	• Açúcar Cristal - 02 kg					
	(dois quilos)					
	• Arroz - tipo 01					
	parboilizado – 02 kg (dois					
	quilos)					i
	Biscoito Com Sal – 400g					
	tipo Cream Craker.					
1	01(Um)Pacote					
	Biscoito Doce Sem					
	Recheio – tipo Maria ou					
	Maizena 01 (Um) Pacote					
	• Café Em Pó - (emb. c/			De 140 72		
	250 g). 02 (dois) pacotes					
i.	• Calorífico Em Pó – 100g					
1	- 01 (Um) Pacote	; -:4	2.500		R\$	221
-	• Farinha De Mandioca -	kit	2.300	R\$ 160,73	401.825,00	3,21
	(emb. 1 kg) com respectiva					
ļ	informação nutricional. 01					
1	(um) kg					1
	• Farinha De Milho					
	Flocada - 500g 04 (quatro)					
	pacotes					
	• Feijão - tipo I Polido					
1	(emb. c/1000g). 02 (dois) kg	•				
	• Goiabada - 600g - 01					
	(Uma) Unidade					
	• Leite Em Pó - tipo					
	integral instantâneo, com peso					
	líquido de 200g com respectiva					
	informação nutricional, data de					
L		J	l <u></u>	-l	L	



1000121

ESTADO DE SERGIPI

		•			` _	
	fabricação/validade/ lote e emb.					ì
	secundária caixa de papel					
	resistente. 04 (quatro)					
	unidades.					
	Massa Alimentícia - tipo					
	seca para macarronada, formato					ĺ
	espaguete n° 8, com fio fino e					
	longo comprimento entre 25 e 30					
	cm. 01(um) pacote					
	• Margarina Vegetal				1	
	Com Sal – 250g - 01 (Uma)					
	Unidade					}
	• Óleo Vegetal					
L	Comestível - composição óleo					
	de soja embalagem primária pet	ı				•
	(900ml). 01(uma) unidade.	ı				
	• Sal Moído. 01 (Um) Kg					
	• Sardinha - 125g - 02					
	(Duas) Latas					
	• Vinagre – 750 Ml - 01					
	(Uma) Unidade					
	• CESTA BÁSICA			1		
	PARA A PÁSCOA,	i				
	CONTENDO CADA UMA OS					
					,	
	SEGUINTES ITENS:					
	• Açúcar - sacarose de					
	cana obtida da cana de açúcar				ļ	
	tipo refinado, com aspecto cor,					
İ	cheiro próprios, sabor doce,					
	· ·					
	isento de sujidades, parasitas,					
	materiais terrosos e detritos					
Ì	animais ou vegetais. 02 (dois)					
<u> </u>	kg		40-5	20000164	R\$	
3.	• Arroz - subgrupo	kit	1.875	R\$ 204,61	383.643,75	4,10
i		1			000.010,75	İ
	parboilizado, tipo 1, classe longo					
	fino, constituído de grãos					
	inteiros, isento de sujidade e	ļ	e e			
	materiais estranhos,		ļ			
	acondicionado em embalagem					
	_					1
	primária seco plástico atóxico			1		
	transparente (emb. 1kg). 02					
1	(dois) kg					1
	Biscoito Com Sal - tipo			1		
	cream craker, elaborado com					
	composição básica farinha de					1
	composição basica familia de			1		. 2 3/15



Fundo Municipal de Assistência Social							
trigo enriquecida com fero e	(····			
ácido fólico, outras substancias							
permitidas, acondicionado em							
embalagem primária plástico							
atóxico transparente (emb.			,				
400g). 02(dois)pacotes			,		ļ		
• Café Em Pó - torrado e	l l		II.				
moído, sem glúten, 100% café				,	ł		
de la qualidade (emb. c/ 250 g).				1			
02 (dois) pacotes.							
• Feijão Tipo		'					
Carioquinha - Tipo I (Emb. C/							
1000g), acondicionado em saco							
plástico de polietileno							
transparente, fechado							
hermeticamente. 02 (dois) kg							
• Farinha De Mandioca -							
branca fina, isento de sujidades,			ļ				
parasitas, materiais terrosos e					<u>'</u>		
detritos animais ou vegetais,	1 1			1			
acondicionado em embalagem	{		}	1	!		
primária saco plástico atóxico			1				
transparente (emb. 1 kg), com					l '		
respectiva informação	ĺ		(·		
nutricional. 01 (um) kg	i 1			1	ļ		
• Farinha De Milho	}				Į		
Flocada - 500g elaborada a	ļ ļ						
partir de grãos do milho e					ľ		
enriquecida com ferro e ácido			ł		1		
fólico, de cor amarela, com							
aspecto cor, cheiro e sabor]]				}		
próprios, com ausência de					ļ		
unidade, isento de sujidade.	1						
500g 03 (três) pacotes.	}						
• Leite Em Pó - tipo							
integral instantâneo, envasado			1				
em recipientes herméticos em							
saco aluminado com peso			1				
líquido de 200g com respectiva]]		}				
informação nutricional, data de fabricação/validade/ lote e emb.							
secundária caixa de papel							
resistente. 03 (três) unidade	1			1			
Tosistelite. 05 (tres) unitade		l			1/ 4/15		



		Marticip	di de Assisten	cia social		.,
	• Leite De Coco -					
	embalagem vidro de 500 ml. 01					
	unidade					
	Massa Alimentícia - tipo					
	seca para macarronada, formato	j				
	espaguete n° 8, com fio fino e					
	longo comprimento entre 25 e 30					
	cm, elaborado com farinha de					
	trigo enriquecida com ferro e					
	ácido fólico e demais					
	substâncias permitidas. 02(dois)					
	pacote					1
	• Óleo Vegetal					
	Comestível - composição óleo					
	de soja e antioxidante ácido					
	cítrico, tipo 1, isento de ranço,	ļ				
	acondicionado em embalagem					
	primária pet (900ml) com					
	respectiva informação					
	nutricional. 01(uma) unidade					
	• Sal Moído - iodado,					İ
	embalagem primária plástico					
	atóxico transparente (emb. 1kg),				•	
	com respectivas informações					
	nutricional, data de					
	fabricação/validade/lote					
	embalagem secundaria plástico				<u> </u>	
	resistente. 01 (um) kg		1			
	• Peixe - Tipo Curvina					
	Congelado. 02 (Dois) Kg					
	Congenuo. Va (17013) 11g					
	Açúcar - sacarose de	. —				
	cana obtida da cana de açúcar					
	tipo refinado, com aspecto cor,					
	cheiro próprios, sabor doce,			,		
	isento de sujidades, parasitas,					
4.	materiais terrosos e detritos	kit	625	R\$ 204,61	R\$	4,10
••	animais ou vegetais. 02 (dois)		923	140 20 190 1	127.881,25	',,,,,
	kg					
	• Arroz - subgrupo				l .	
	parboilizado, tipo 1, classe longo					
	fino, constituído de grãos	-				
	initial de grade	<u> </u>		<u> </u>	L	I



000124

Fundo Municipal de Assistência Social							
inteiros, isento de sujidade e			5.0 T. T.	,			
materiais estranhos,							
acondicionado em embalagem							
primária seco plástico atóxico							
transparente (emb. lkg). 02							
(dois) kg							
Biscoito Com Sal - tipo							
cream craker, elaborado com							
composição básica farinha de							
trigo enriquecida com fero e							
ácido fólico, outras substancias							
permitidas, acondicionado em							
embalagem primária plástico							
atóxico transparente (emb.							
400g). 02(dois)pacotes							
• Café Em Pó - torrado e							
moído, sem glúten, 100% café							
de 1ª qualidade (emb. c/ 250 g).	,						
02 (dois) pacotes.							
• Feijão Tipo							
Carioquinha - Tipo I (Emb. C/							
1000g), acondicionado em saco				I			
plástico de polietileno							
transparente, fechado							
hermeticamente. 02 (dois) kg							
• Farinha De Mandioca -							
branca fina, isento de sujidades,							
parasitas, materiais terrosos e							
detritos animais ou vegetais,							
acondicionado em embalagem							
primária saco plástico atóxico							
transparente (emb. 1 kg), com							
respectiva informação							
nutricional. 01 (um) kg							
• Farinha De Milho							
Flocada – 500g elaborada a	1			:			
partir de grãos do milho e	1	1					
enriquecida com ferro e ácido	1 1	ĺ					
fólico, de cor amarela, com	1	į l	ļ				
aspecto cor, cheiro e sabor	1						
próprios, com ausência de	1 1						
unidade, isento de sujidade.							
500g 03 (três) pacotes.				12			



Fundo	Munici	pal de Assistên	cia Social			
• Leite Em Pó - tipo	_					
integral instantâneo, envasado						
em recipientes herméticos em						
saco aluminado com peso						
líquido de 200g com respectiva						
informação nutricional, data de						
fabricação/validade/ lote e emb.				į		
secundária caixa de papel					ļ	
resistente. 03 (três) unidade						
• Leite De Coco -						
embalagem vidro de 500 ml. 01						
unidade						
• Massa Alimentícia - tipo						
seca para macarronada, formato					ľ	
espaguete nº 8, com fio fino e		}				
longo comprimento entre 25 e 30						
cm, elaborado com farinha de						
trigo enriquecida com ferro e						
ácido fólico e demais						
substâncias permitidas. 02(dois)						
pacote						
• Óleo Vegetal			ļ			
Comestível - composição óleo						
de soja e antioxidante ácido						
cítrico, tipo 1, isento de ranço,						
acondicionado em embalagem,						
primária pet (900ml) com	ļ					
respectiva informação						
nutricional. 01(uma) unidade						
• Sal Moído - iodado,						1
embalagem primária plástico	Í					
atóxico transparente (emb. lkg),						
com respectivas informações						
nutricional, data de	1					
fabricação/validade/lote						
embalagem secundaria plástico						
resistente. 01 (um) kg						
Peixe - Tipo Curvina						
Congelado. 02 (Dois) Kg						

2.1 na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

7/15





- 2.2 se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 2.3 será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

3. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

- **3.1** Os itens 02 e 04, serão destinados, exclusivamente, às ME's e EPP's, em atendimento aos preceitos do art. 48, incs. I e III da LC nº 123/2006. Em não havendo ME's e EPP's nos respectivos itens, os mesmos serão redirecionados as demais licitantes. Já os itens 01 e 03 terão ampla participação.
- O fornecimento deverá ser efetuado, obrigatoriamente, na forma abaixo:
 - I) As cestas básicas, objeto desta licitação, serão entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, de forma parcelada, mediante solicitação desta e nas quantidades indicadas pela mesma, num prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da solicitação.
 - II) As cestas deverão ser entregues, obrigatoriamente, devidamente compostas e embaladas.
 - III) Deverão ser apresentadas, nas propostas, as marcas de todos os produtos que comporão a cesta.
 - IV) O fornecimento deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 A cesta básica contém alimentos que são essenciais para o nosso organismo, como os carboidratos que são a principal fonte de energia, as farinhas e também a combinação do arroz e feijão, os quais, juntos, fornecem fibras, vitaminas do complexo B, ferro, potássio e zinco. A cesta básica aparece como uma opção nutritiva e muito vantajosa por contemplar toda à família. A cesta básica é composta de um conjunto de itens consumidos e utilizados por um grupo familiar durante um mês. Esses produtos são destinados a atender as necessidades alimentares.
- **4.2** Ademais, não se mostra razoável privar o Fundo Municipal de Assistência Social, e, por intermédio desta, os munícipes, dos benefícios trazidos pela aquisição dos produtos a serem licitados e, possivelmente, adquiridos.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS COMUNS

5.1 Os produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1 O prazo de entrega das cestas básicas será num prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da solicitação, ou ainda outro documento equivalente, em remessa parcelada.







- 6.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 6.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **6.4** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 São obrigações da Contratante:
- 7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.1.6 Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- 7.1.7 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas
- 7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **8.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- **8.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de garantia ou validade;
- **8.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



000128



Prefeitura Municipal de Itabaiana Fundo Municipal de Assistência Social

- **8.1.4** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **8.1.5** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- **8.1.7** Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- **8.1.8** Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- **8.1.9** Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- **8.1.10.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- **8.1.11**. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- **8.1.12**. Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- **8.1.13**. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- **8.1.14**. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

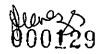
10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da





Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

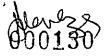
11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1 O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5°, § 3°, da Lei n° 8.666, de 1993.
- 12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018
- 12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6 Constatando-se, situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11/15





- 12.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 12.10.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.11.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar ho 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = 0.00016438

I = (TX)

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

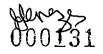
- 13.1 Os preços dos serviços, objeto do Contrato, permanecerão irreajustáveis durante a vigência. contratual;
- 13.2 Se durante o período contratual ocorrer acréscimo ou redução de valores no objeto do fornecimento a ser contratado, em conformidade com a legislação pertinente, os preços do contrato serão readequados, a fim de manter o seu equilíbrio econômico-financeiro da empresa, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRADADA, da razão que autorizou o referido aumento/redução e utilizando-se os mesmos índices/percentuais utilizados/autorizado;
- 13.3 A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens, ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

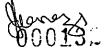




- 15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5 cometer fraude fiscal;
- 15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 15.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 15.2.2 Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor dos produtos faltantes, no caso de atraso na entrega;
 - 15.2.3 Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa da contratada;
 - 15.2.4 Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada em retirár a Nota de Empenho;
 - 15.2.5 Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor do contrato, por descumprimento de outras obrigações previstas neste edital e seus anexos.
 - 15.2.6 A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, e poderá ser descontada dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de Itabaiana, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente;
 - 15.2.7 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 15.2.8 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 15.2.9 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até cinco anos;
 - 15.2.9.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
 - 15.2.10 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
 - 15.3 As sanções previstas nos subitens 15.2.1 a 15.2.9 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
 - 15.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 15.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;







- 15.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- **15.6** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em conta específica em favor da Contratante, ou cobrados judicialmente.
 - 15.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9 Se, durante o processo de aplicação de penatidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 15.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Imprensa Oficial da União, Estado e Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado do Cadastro de Fornecedores, por igual período sem prejuízo das multas previstas neste documento e nas demais cominações legais.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1 O custo estimado da contratação será aberto ao público.

14/15





17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa do Fundo Municipal de Assistência Social Itabaiana para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato, a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente.

Itabaiana/SE, 21 de dezembro de 2022.

/www fra de Andrade

Assessora Especial